



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	10907.720606/2013-38
Recurso nº	Voluntário
Acórdão nº	3002-000.480 – Turma Extraordinária / 2ª Turma
Sessão de	21 de novembro de 2018
Matéria	AI - ADUANA
Recorrente	FRETES LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA - EPP
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2009

AGENTE MARÍTIMO. ALEGAÇÃO ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA.

O Agente Marítimo, por ser o representante do transportador estrangeiro no País, responde pelas penalidades decorrentes da prática de infração à legislação aduaneira, em razão de expressa determinação legal.

NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. OCORRÊNCIA.

Encontra-se eivado de vício insanável o Acórdão que se fundamenta em situação diversa da realidade fática dos autos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário e determinar a devolução do processo à instância "a quo" para que profira novo julgamento. Votou pelas conclusões o conselheiro Carlos Alberto da Silva Esteves.

(assinado digitalmente).

Larissa Nunes Girard - Presidente.

(assinado digitalmente).

Alan Tavora Nem - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Larissa Nunes Girard (Presidente), Maria Eduarda Alencar Câmara Simões e Carlos Alberto da Silva Esteves e Alan Tavora Nem (Relator).

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário contra o Acórdão nº 12-94.838 da DRJ/RJO, que manteve integralmente o Crédito Tributário lançado pelo Auto de Infração, que exige do contribuinte a multa pelo atraso na prestação de informações sobre carga transportada, penalidade prevista no art. 107, inciso IV, alínea "e", do Decreto-Lei nº 37, de 1966, cuja redação foi dada pelo art. 77 da Lei nº 10.833, de 2003, conforme relatório da 4ª Turma da DRJ/RJO (fls. 42/46), exarado nos seguintes termos:

"Vera o processo sobre a controvérsia instaurada em razão da lavratura pelo fisco de auto de infração para exigência de penalidade prevista no artigo 107, inciso IV, alínea "e" do Decreto-lei nº 37/1966, com a redação dada pela Lei nº 10.833/2003.

Os fundamentos para esse tipo de autuação nesse conjunto de processos administrativos fiscais são os seguintes:

As empresas responsáveis pela desconsolidação da carga lançaram a destempo o conhecimento eletrônico, pois segundo a IN SRF nº 800/2007 (artigo 22), o prazo mínimo para a prestação de informação acerca da conclusão da desconsolidação é de 48 horas antes da chegada da embarcação no porto de destino do conhecimento genérico.

Caso não se concluindo nesse prazo é aplicável a multa.

Devidamente científicada, a interessada traz como alegações, além das preliminares de praxe, acerca de infringência a princípios constitucionais, prática de denúncia espontânea, ilegitimidade passiva, ausência de motivação, tipicidade, e que tragam ao auto de infração a ineficiência e a desconstrução do verdadeiro cerne da autuação que foi o descumprimento dos prazos estabelecidos em legislação norteadora acerca do controle das importações, a argumentação de que de fato as informações constam do sistema, mesmo que inseridas, independente da motivação, após o momento estabelecido no diploma legal pautado pela autoridade aduaneira."

Analizando os argumentos do contribuinte, a DRJ/RJO julgou improcedente a Impugnação (fls. 21/31), deixando "de acolher as preliminares trazidas pela interessada, eis que as argüições de inconstitucionalidade ou ilegalidade não estão afetas ao julgador administrativo", por considerar que o Agente Marítimo é o legítimo representante do transportador estrangeiro no País, ou seja, "alegação acerca de ausência de tipicidade e motivação também devem cair por terra, ou mesmo sobre ilegitimidade passiva" portanto responde pela a infração, que deve ser mantida a multa prevista no art. 107, inciso IV, alínea "e", do Decreto-Lei nº 37, de 1966, cuja redação foi dada pelo art. 77 da Lei nº 10.833, de 2003 e, por fim, não pode ser aplicado o instituto da denúncia espontânea, por Acórdão dispensado de ementa, de acordo com a Portaria RFB nº 2.724/2017.

O contribuinte cientificado da decisão, ingressou com Recurso Voluntário (fls. 56/66) requerendo a reforma do Acórdão recorrido, tendo em vista: a) "a violação ao art. 9º do Decreto 70.235, de 06 de março de 1972, ante a ausência de elementos fundamentais à Recorrente no tocante a indicação das rubricas sobre as quais a fiscalização visualizou os atos infratores, posto que deixou de juntar auto de infração os documentos que comprovariam tais ocorrências" b) a "ausência de responsabilidade pela prestação das informações" alegando que "não agiu em nome próprio, mas na qualidade de mandatária (representante) internacional do agente de carga no exterior", c) que "não poderia ser autuada com base em legislação que ainda não tinha entrado em vigência" d) invocou o art. 112 do CTN, informando que "dúvida não existe quanto à inexistência de prática infratora" e, por fim, e) invocou os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Alan Tavora Nem - Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo, preenche os requisitos formais de admissibilidade, inclusive quanto à competência das Turmas Extraordinárias e, portanto, dele tomo conhecimento.

A discussão em análise consiste em saber se o contribuinte poderia sofrer a penalidade aplicada pela fiscalização de acordo com o art. 107, inciso IV, alínea "e", do Decreto-Lei nº 37, de 1966.

Nulidade da Decisão de Primeira Instância

Alega o contribuinte em sua Impugnação (fls. 21/31) a "ausência de elementos fundamentais à Recorrente no tocante a indicação das rubricas sobre as quais a fiscalização visualizou os atos infratores, posto que deixou de juntar auto de infração os documentos que comprovariam tais ocorrências" violando assim, o artigo 9º do Decreto nº 70.235, de 1972 , ausência de responsabilidade, alegando que "não agiu em nome próprio, mas na qualidade de mandatária (representante) internacional do agente de carga", denúncia espontânea, que "não poderia ser autuada com base em legislação que ainda não tinha entrado em vigência", invocou o art. 112 do CTN, informando que "dúvida não existe quanto à inexistência de prática infratora" e, por fim, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Da leitura do voto proferido pela DRJ nos leva à conclusão de omissão sobre questões relevantes trazidas pela recorrente, quais sejam, a obrigatoriedade dos prazos contido na IN SRF nº 899/2008 a partir de 1º de abril de 2009 e sobre a aplicação da interpretação mais favorável ao contribuinte. Sendo assim, concluo que o Acórdão recorrido deixou de analisar fundamentos específicos e peculiares ao presente caso, essenciais à solução da contenda.

No meu entender, portanto, a decisão recorrida reveste-se de vício intransponível de motivação, apta a configurar a preterição do direito de defesa do contribuinte, nos moldes do art. 59 do Decreto nº 70.235/1972, *in verbis*:

Art. 59. São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

§ 1º A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

§ 2º Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados, e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

§ 3º Quando puder decidir do mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta. (Redação dada pela Lei nº 8.748, de 1993). (grifado).

Diante do exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao Recurso Voluntário, para reconhecer a nulidade do Acórdão recorrido, determinando a devolução do processo à instância "a quo" para que profira novo julgamento.

É como voto.

(assinado digitalmente).

Alan Tavora Nem